

REGIÃO, REGIONALISMO E REGIONALIDADE: O MOVIMENTO REGIONALISTA DO SUDESTE

REGION, REGIONALISM AND REGIONALITY: THE REGIONALIST MOVEMENT OF SOUTHEAST

Bruno Augusto de Souza¹
Ednahn Veríssimo Andrade Silva²
Fernando Silveira Leão³

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar o caráter da regionalização paulista e mineira, afirmando os fatos históricos presentes para identificar essa regionalidade. A argumentação dos significados de regionalizar, regionalização e regionalidade permite um estudo aprofundado da questão do movimento regionalista do sudeste brasileiro. Através de leituras e estudos a partir de textos densos e explicativos, podemos destacar o caráter da paulistanidade e da mineiridade, mostrando os fatores culturais e tradicionais presentes na vida dos mesmos, demonstrando o porque da constituição dessas ideias, fazendo uma busca espaço-temporal, destacando as culturalidades presentes na vida dos habitantes das regiões estudadas. O nordeste brasileiro recebe uma rápida pincelada abarcando o porque de muitos de seus habitantes migrarem para o sudeste brasileiro.

Palavras chave: Região, Regionalismo, Regionalidade, Movimento regionalista, Sudeste brasileiro.

Abstract: The present work has demonstrated the objectification of the character of the regionalization of Sao Paulo and Minas Gerais, stating historical facts present to identify this regionality. The argument of the meanings of regionalize, regionalization and regionality allow a detailed study of the issue of the regionalist movement in southeastern Brazil. Through readings and studies from dense and explanatory texts, we can highlight the character of paulistanidade and mineiridade, showing the cultural and traditional factors present in their lives, showing why the constitution of these ideas, making a search-space, highlighting cultural aspects present in the lives of the people in the regions studied. The Brazilian northeast gets a quick brush covering it because many of its people migrated for southeastern Brazil.

¹ Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás na Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, estagiário do LABOGEO (Laboratório de Geoprocessamento) e do LAGUR (Laboratório de Geografia Urbana e Regional). E-mail: b.a.desouza@hotmail.com

² Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas.

³ Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas.

Keywords: Region, Regionalism, Regionality, Regionalist movement, Southeastern brazilian.

Introdução

Para abordar o movimento regionalista do sudeste, necessita-se primeiramente compreender os significados de regionalizar, regionalização e regionalidade para que possa sintetizar a compreensão de cada ponto referido neste artigo. O sudeste será atrelado a esse pensamento para que exemplifique através de leituras, a compreensão desse movimento regionalista.

Ao realizar o entendimento do que será discutido, podemos justificar a região como segundo Haesbaert (2010, p. 16) faz a seguinte proposição:

No que concerne à região, não podemos concebê-la através de um simples recorte empírico, como uma espécie de "categoria do real" (como se a própria Geografia pudesse ser reduzida a uma ciência empírica, definida por um objeto concreto), nem por uma simples forma de interpretação, por um método, como mera "categoria de análise". Devemos reconhecer que todo método, enquanto "medi-ação", ou seja, como "meio-ação" (tanto "meio para a ação" quanto "meio/contexto e ação"), é não apenas uma forma de interpretar, mas também de criar, e que fato e interpretação, ao contrário da máxima nietzscheana segundo a qual "não há fatos, somente interpretações", não devem ser dissociados.

A regionalização do sudeste, principalmente de São Paulo e Minas Gerais fica clara a contextualização da significância de região, uma busca espaço-temporal, buscando a não estagnação do conceito, visando sempre as relações do espaço vivido com o contexto regional, e instituindo o espírito da época para as explicações regionais, configurando as capacidades de imposição da sociedade para a composição dessas regionalizações.

Regionalizar, regionalização e regionalidade

Haesbaert (2010, p. 04), explica o significado de regionalizar com a seguinte afirmação:

Assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos chamados processos globalizadores, - ou melhor, como seu constituinte indissociável - a ponto de, muitas vezes, regionalização e globalização se tornarem dinâmicas tão imbricadas e complementares que passam a ser, na prática, indiscerníveis.

Buscando assim a compreensão deste processo, contextualizando com a realidade presente e atualização da dinâmica tecnológica, a precisão justamente fica complexa a ponto de muitas vezes ficarmos literalmente vagos abstratamente, sem antes pensar o substrato físico para a compreensão de que a globalização se faz presente através da fragmentação, com a criação de melhores possibilidades de lucro, lucro que se constitui exacerbadamente por motivos peculiares.

Já para compreender o processo de regionalização, Haesbaert (2010, p. 05) exemplifica que,

a região enquanto processo, em constante rearticulação - e da propriedade de "ser" regional", já a regionalidade oferece um caráter literalmente fenomenológico, "vistos a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo. Não há como, genericamente, pretender estipular uma única grande racionalidade ou "teoria" da regionalização, a não ser que mantenhamos os velhos padrões economicistas com que, muitas vezes, a região foi trabalhada - como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos.

As afirmações iniciais situam a possibilidade de entendimento do movimento regionalista do sudeste, a região designa inúmeros significados, buscando sempre a compreensão, devemos dialogar com um caráter espaço-temporal, visto que nem sempre a região foi e será absorvida e entendida da mesma forma.

A trajetória da regionalização paulista

Os processos de regionalização enfocam segundo Haesbaert (2010, p. 06),

como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja a partir de dinâmicas espaço-temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais - ou, em outras palavras, fundadas numa "regionalidade" vista para além de mera propriedade teórica de definição do regional. A regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a "primeira" (cada vez mais rara, como já reconhecia o próprio Marx), seja com a "segunda" natureza.

Os sujeitos que estruturam a relação no espaço vivido sempre buscam meios de regionalizar conforme suas necessidades ou então suas culturalidades,

fazendo assim "a região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial" (HAESBAERT, 2010, p. 07).

A região de São Paulo teve fases identitárias importantes para a constituição da paulistanidade, envolvendo as construções simbólicas para assim moldar as experiências vividas com o abstrato, fatos presentes naquela população, para análise Godoy (2011, p. 02-04) destaca as seguintes fases do processo constitutivo do ideário paulista:

1) Durante o século XVIII, mais expressivamente na segunda metade, destacam-se as obras de dois autores: Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) "Nobiliarquia paulistana, genealogia das principais famílias de São Paulo", e Frei Gaspar da Madre de Deus (1714-1800) "Memória para a história da Capitania de São Paulo"(1797). Embora de maneira ainda assistemática, percebe-se já nesse momento a visão de uma certa excepcionalidade paulista, comparada com as dinâmicas históricas das outras regiões da colônia. Decorrentes da sua marginalidade durante todo processo de colonização e da sua "vocação" para a interiorização, presente na obra das Bandeiras e dos bandeirantes. Excepcionalidade que aparece como diferença. O tom apologético e de engrandecimento do paulista que perpassa as obras, apesar de suas diferenças, foi explicado em função do momento pelo qual a capitania atravessava: início de sua incorporação nos circuitos da economia mundial, notadamente durante o governo de Morgado de Mateus, de 1765 a 1776. Incorporação que impactou no sentido positivo, mas que exigiu mudanças e readaptações muitas vezes vistas como ameaças pelos habitantes da capitania (ABUD, 1986; QUEIROZ, 1992 apud GODOY, 2011, p. 02).

2) O final do período imperial e início da República e a subsequente implantação do sistema federalista no Brasil, desencadearam um processo de disputa por hegemonia, no interior do poder central, entre as principais oligarquias regionais do país. O avanço paulista veio lastreado pelo seu poder econômico e por um imaginário construído a partir de componentes étnicos, políticos, históricos, onde São Paulo surgia como a "Locomotiva do Brasil", como liderança natural da federação. As raízes mais explícitas dessa construção podem ser encontradas nas obras de Alberto Salles (1860-1910) "A pátria paulista" e Alfredo Ellis Jr (1896-1974) "Raça de Gigantes", entre outros intelectuais como Alcântara Machado, etc. Intelectuais "orgânicos" poderíamos chamá-los. O traço marcante de suas obras é que leram a excepcionalidade e a diferença, tal como surgem nas obras de Taques e Frei Gaspar, como superioridade fundamentada étnica e historicamente. A projeção dessas construções simbólicas

deveu-se a um fator conjuntural, a Revolução Constitucionalista de 1932, permitindo que valores e representações mais proclamados começassem a se tornar mais encarnados.

3) O terceiro momento se caracteriza pela passagem da leitura da superioridade para a construção do modelo de nacionalidade. A diferença passa a ser lida como modelo que em função disso pode ser generalizado. Esse movimento aparece sobretudo na obra de Cassiano Ricardo (1895-1979) “Marcha para o Oeste” e “O Estado Novo e seu sentido Bandeirante”. Expressam o objetivo de compreender as transformações e readaptações do imaginário da paulistanidade num contexto político novo, pós- Revolução de 30.

4) Nas décadas de 1950 e 1960, grosso modo, a “paulistanidade” torna-se mercadoria. Encerrando então todo um ciclo histórico de uma idéia. Pode-se verificar isso no noticiário, publicações e festejos realizados em torno do aniversário de quatrocentos anos de São Paulo em 1954. A partir daí a imagem, mas não apenas imagem, de uma cidade que nunca para porque “não pode parar” e onde sempre “cabe mais um”, a terra acolhedora e das oportunidades, tornou-se um apelo que reforçou o fluxo migratório interno das regiões nordestinas para o sudeste, principalmente São Paulo. O esvaziamento ideológico da identidade paulista, seguido de sua instrumentalização propagandista, pode ter sido facilitado por dois fatores articulados. De um lado, o relativo recuo político da elite econômica paulista. No início dos anos sessenta, Fernando Henrique Cardoso na sua tese *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, concluía o seguinte sobre a burguesia industrial paulista: “satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura”, renunciara a tentar “a hegemonia plena da sociedade”. Condição cuja origem pode ser buscada nos anos 30 e na montagem do arco de alianças políticas que deu sustentação ao nacional-populismo. Cujo fundamento social aproxima o caso brasileiro daquilo que Antonio Gramsci chamou na Itália de “*cuestione meridionale*” ao falar do sul da Itália e dos “agrários” dirigindo o país e dominando os “modernos”. No caso brasileiro seria a “*cuestione strentionale*”, onde os grupos dominantes das regiões mais “atrasadas” (Norte e Nordeste), os “agrários”, oferecem aos “modernos” do sudeste sua capacidade de controle sobre as massas. Os “modernos”, por sua, aceitam de bom grado, uma vez que estariam “sequiosos de proteção estatal e temerosos em relação à sua própria modernidade”. Junto a isso, verifica-se uma mudança de perfil dos intelectuais paulistas no sentido do reforço do lado mais acadêmico em contraposição à

participação direta no campo da política. Apenas então os historiadores paulistas puderam transformar o debate sobre a identidade paulista, seus símbolos e significações, num objeto de estudo. Mas aqui o debate mudou de natureza. Não mais uma investigação sobre os elementos que compõem e definem o ser paulista, mas um debate sobre o debate.

5) A transformação da questão da “paulistanidade” num problema acadêmico não significa necessariamente o encerramento de seu ciclo histórico, como fenômeno cultural e político, mas talvez consequência de uma mudança de natureza do fenômeno. De qualquer maneira, um dos últimos trabalhos sobre o assunto já coloca em questão a relevância e a necessidade de se estudar ou não o tema: “o que é ser paulista?”. A pergunta hoje pode parecer “demasiado ingênua ou até irrisória em nossa época de internautas sem-fronteiras, sem terra e desterritorializados globais de toda espécie”. Continua o autor: “Teria a indagação alguma procedência hoje, fora dos textos/contextos espetaculares da mídia (...)? Parece que não”. Mas finalmente termina por concluir pela pertinência de um novo enfoque do problema dado o paradoxo em que nossa atual sociedade se encaminhou, ou seja, a completa “dissolução do passado” conjugada ao crescente “investimento de seus signos como objeto de consumo político e cultural”, como “puros simulacros” (FERREIRA, 2002: 27-28 apud GODOY, 2011, p. 04).

Fica clara a denominação da importância para o entendimento da intervenção na maneira de agir e pensar paulista e também a imposição para assim constituir a regionalização de São Paulo, presente na região sudeste do país. Tudo isso advindo de um mecanismo de disseminação conforme Godoy (2011, p. 06) afirma, “trata-se da produção memorialística e dos historiadores locais de muitas cidades do Estado. Nesse sentido, outro ângulo de análise se abre para esse agrupamento de obras”. Mostrando assim a importância no sentido da análise, imprimindo a visão paulista, conceito primordial para a imposição da referida visão.

A regionalidade mineira

A regionalização mineira não se faz muito diferente da regionalização paulista, visto que a identidade regional dos mineiros faz com que se auto proclamem importantíssimos para a nação brasileira, conforme explica Longhi (1998, p. 123),

a identidade regional mineira é uma das mais fortes dentro da Federação brasileira. Com ilustres representantes nas artes — Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Milton Nascimento — e na política — Tiradentes, Tancredo Neves —

a mineiridade predisps os parlamentares constituintes a não alterarem a conformação territorial de Minas. Para os mineiros — e para a mineiridade — a desarticulação territorial de Minas poderia, em última instância, comprometer a própria organização territorial do Brasil. É comum os mineiros argumentarem que a divisão territorial de Minas desequilibraria a constituição federativa brasileira, criando prerrogativas para a separação de partes de seu território.

Ficando claro o caráter de imposição dessa cultura mineira, constituindo em uma super valorização do estado de Minas Gerais, fato que também é afirmado, segundo Longhi (1998, p. 131) no seguinte parágrafo:

Os mineiros se utilizaram do argumento de “interesses externos em enfraquecer Minas”. Segundo eles, outros Estados teriam esse interesse porque, “além de incomodar os grandes, Minas ofusca a expressão política dos pequenos”. Tentavam, deste modo, provocar a união dos mineiros contra um inimigo externo. Ideologia bastante eficaz pois a “reação natural dos indivíduos”, em caso de ameaça à “pátria”, comportaria inclusive a doação da vida por sua integridade territorial. A presença de um inimigo externo contribuiria para o aprofundamento e resgate da mineiridade, ao mesmo tempo que uniria os mineiros de todas as partes do Estado na defesa da integridade territorial da sua “comunidade imaginada”. Os mineiros recorreram ainda ao argumento de que “Minas é o fiel da balança” da Federação brasileira, mais uma vez reforçando as inter relações entre “a nacionalidade” e a mineiridade.

Afirmando assim o contexto da regionalidade mineira, e que se institui como forma de imposição das classes ligadas ao empresariado, e também da classe política, de toda forma atrelada ao capital como ponto de vista benéfico para a população, até na forma com que vêm os outros estados da federação, como se as outras regiões do país se juntassem para enfraquecer o estado de Minas Gerais.

Mostrando o movimento do Triângulo mineiro que se fez presente afirmando a importância que essa região possui não só para o estado de Minas Gerais, mas para todo o país, podemos verificar na afirmação de Longhi (1998, p. 120), pois,

para os “triangulinos”, a realização da Assembléia Nacional Constituinte em 1988 transformou-se num momento privilegiado para a criação do “seu” Estado. Para os “mineiros”, a luta pela preservação da integridade territorial do Estado constituiu-se em uma espécie de reiteração resgate da “mineiridade”, que acabou por engendrar e congregar uma reorganização social dos atores envolvidos. Os embates

“triangulinos” *versus* “mineiros” ocorreram através da imprensa escrita, que reproduziu o discurso dos atores envolvidos no processo, no Congresso Nacional, com uma articulação política tanto de “bastidores” quanto na apresentação de emendas separatistas à Constituição; e, por fim, na articulação política dos “mineiros” tentando evitar que estas emendas fossem aprovadas. Tanto triangulinos quanto mineiros apresentaram aos Congressistas e à população justificativas consideradas “plausíveis” para a criação de um novo Estado, e para a *não* efetivação deste processo.

As questões que perpassam pela historicidade local, faz que podemos enxergar horizontes contraditórios em um mesmo estado territorial, usando da fenomenologia podemos afirmar que isso não é raro, porque um bairro pode muito bem ser completamente diferente de outro, tanto fisicamente, quanto ideologicamente, e porque não uma região específica.

O valor que se impõe, faz com que as defesas de determinadas regiões, se fazem ideologicamente fortes, sempre mostrando os fatores de diferenciação positiva que possuem, tanto a regionalidade mineira, quanto a regionalidade triangulina, mostrando o poder de persuasão e historicidade que pode se fazer obtido.

Os fatores econômicos também se fazem presentes acerca dessa regionalidade triangulina,

"no plano econômico, o discurso da emancipação enfatiza a pujança da economia do Triângulo, os investimentos de capital que os próprios triangulinos ali realizaram, além dos excelentes indicadores sociais, em alguns casos, superiores aos de São Paulo. Os triangulinos apontam a drenagem de recursos que Minas Gerais realiza na região. Apostam na emancipação como alternativa para que os recursos regionais permaneçam no Triângulo, favorecendo um maior crescimento regional. Procuram destacar que o novo Estado não representaria custos adicionais à Federação, pois os recursos locais seriam suficientes para a implantação de nova máquina administrativa. Procuraram convencer a todos, população e parlamentares, que o Estado do Triângulo seria viável, uma vez que este contava com uma base econômica forte, estável e criada a partir dos capitais e recursos regionais" (LONGHI, 1998, p. 124).

Além do plano ideológico, o fator econômico também mostra as questões na regionalidade triangulina, sendo assim, no mundo capitalista, faz uma afirmativa ainda mais poderosa para essa regionalidade, pois, a força do capital se faz monstruosa através das necessidades nos locais. Primeiramente se faz a

necessidade do capital, e posteriormente algumas necessidades divergentes, podendo se configurar e tornarem plausíveis.

Enfraquecimento da região nordeste

Outro fato que necessita ser explicado é o enfraquecimento do poderio econômico da região Nordeste, contribuindo assim para uma aglomeração populacional maior na região sudeste do país, Santos (2011, p. 401-402) faz a seguinte afirmação:

É importante ressaltar ainda que o poder econômico da região Nordeste havia entrado em decadência desde a segunda metade do século XIX, com o enfraquecimento da produção canavieira e com a concentração estatal e produtiva no Sudeste/Sul do país. O engenho de açúcar tornava-se cada vez mais obsoleto, como forma de produção, diante das usinas industrializadas. Estas trazem consigo não apenas incrementos de ordem técnica, mas também uma nova forma de racionalização do trabalho e das relações sociais entre proprietários e trabalhadores. Substituem a dominação patriarcal pela exploração capitalista. O habitus de dominação do senhor de engenho é trocado, gradualmente, pelo do burguês.

A imposição dos anseios capitalistas formaram uma ruptura enorme no processo de manufatura, fator que se constituiu a necessidade de mudanças no aspecto regional, visando melhores condições de vida, nesse caso, as localidades dos serviços e circulação monetária presentes na região sudeste, fez com que o nordeste fosse assolado pela lógica capitalista, expulsando assim os trabalhadores de sua região natal. Os habitantes da região nordestina buscaram formas de migrar para a região sudeste, onde destacando São Paulo, sempre cabia mais um, já explicado anteriormente.

O principal fator negativo que podemos exemplificar são as condições ruins e em grande parte das vezes precárias que consolidavam esses habitantes, é fácil dizer que cabe mais um, assim implantado no discurso paulista, sem que discorra sobre o que essas pessoas poderiam passar ou não nessa nova empreitada, fator que gera uma segregação negativa.

Através da busca incessante de uma melhor condição de vida, nem sempre isso se faz presente viver em uma metrópole, onde as questões ambientais se produzem maquiadas para a sustentação do capital destruidor. Os habitantes que não moravam e eram geridos em outros tempos e condições diferentes de vida - muitas vezes condições simples de vida na visão econômica capitalista, onde poucos usufruem de uma pequena parcela da cidade, parcela essa que se faz com luxos e exageros - encontram locais degradados, poluídos e extremamente precários para a sua sobrevivência, o choque pode ocorrer de maneira irreversível.

A identidade regional

De qualquer forma, podemos ver que a capacidade de modificação em determinadas regiões, sobretudo o sudeste focando nesse artigo, a identidade regional é construída por seus moradores e que carregam a tradição e também vivem em um espaço sentimentalizado,

"qualquer análise regional que se pretenda consistente (e que supere a leitura da região como genérica categoria analítica, "da mente") deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material-"natural") quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo) - em outras palavras, tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação - onde, é claro, dependendo do contexto, uma delas pode acabar se impondo sobre - e refazendo - a outra" (HAESBAERT, 2010, p. 17).

A "identidade de uma região" se refere "às características de natureza, cultura e dos habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais", através de classificações que excluem determinados elementos e incluem outros, expressando assim "o poder de delimitar, nomear e simbolizar o espaço e grupos de pessoas" (PAASI, 2002, apud HAESBAERT, 2010, p. 19). Por outro lado, a "identidade" ou "consciência" regional - ou, se quisermos, também, num certo sentido, regionalidade - envolve a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela. Participam na sua construção ativistas sociais, instituições e organizações etc. (HAESBAERT, 2010, p. 19).

Na questão de identidade regional triangulina, Longhi (1998, p. 127) destaca que

quanto aos argumentos "geográficos" empregados para justificar a emancipação triangulina, estes se reportam àqueles aspectos de solos, relevo, potencial hídrico que diferem o Triângulo do resto de Minas Gerais. Negam a existência de "montanhas" na região, embora estas inexistam em todo o território atual do Brasil. Tais argumentos procuram enfatizar a

região como zona de passagem, como “mesopotâmia”; contrapõem as montanhas à presença de chapadões e campos em sua paisagem, negando ou ocultando as serras. Isso sem contar as reiteradas vezes em que os emancipacionistas recorrem aos dados econômicos, ao potencial em recursos minerais e energético, às taxas de urbanização, ao grau de industrialização. Portanto, é uma apropriação simbólico-ideológica da Geografia triangulina, associada às suas características sociais e econômicas como elementos de diferenciação do resto de Minas, a partir de sua reelaboração.

O sentimento de pertencimento àquela determinada região é importantíssimo na questão da regionalidade, envolvendo o processo cultural de forma clara, a constituição da tradição de um determinado lugar perpassa por todas as questões culturais, muitas vezes alimentando todo um sistema através da tradição local em diversas características, seja na religiosidade, música, festas típicas, culinária, vestimentas, dentre tantas outras.

Conclusão

Os fatores da regionalidade compõe a regionalização nos espaços vividos, uma afirmação um tanto simples e ao mesmo tempo demonstrando um caráter complexo, pois, isso se faz através das relações espaço-temporais dos habitantes ali vividos.

A presença regional das afirmações paulistanas e mineiras, faz com que tomamos de exemplo a importância dos fatores culturais e tradicionais ali presentes, estudos acadêmicos de outrora faziam menção em acolhimento e super valorização de suas regionalidades, contribuindo para a capacidade acolhedora do movimento regionalista do sudeste brasileiro.

Referências bibliográficas

GODOY, J. M. T. **Identidade e Regionalismo Paulista**: Trajetória e mutações. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho 2011.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, n. 3 - Jan/jun 2010. P. 2-24.

LONGHI, R. S. D. G. O movimento separatista do triângulo mineiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 04, jun 1998. P 119-135.

SANTOS, R. Cultura e Tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto regionalista. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, jul/dez 2011. P 399-408.